

POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE: DILEMAS ENTRE AVANÇOS E DESCONTINUIDADES

Rosemary de Oliveira Almeida* e Natália Ilka Morais Nascimento**

Resumo

O artigo se propõe a analisar o processo de inserção das demandas juvenis na agenda pública brasileira ao longo de três períodos históricos, a saber: antes do governo Luiz Inácio Lula da Silva, durante o referido governo e no início do governo Dilma Rousseff. Busca compreender como as questões específicas dos jovens são consideradas na elaboração, execução e avaliação das políticas públicas no Brasil, apontando avanços e limites na incorporação do segmento juvenil nas ações governamentais. Entre os questionamentos está a possibilidade de avaliar os resultados das iniciativas promovidas pelo governo Lula. Tais ações, de fato, possibilitaram a inserção e consolidação da temática juvenil como objeto de preocupação do Estado brasileiro? Que relação é possível identificar no governo Dilma Rousseff com a herança deixada pelo governo anterior, no que se refere à questão juvenil?

99

Palavras-chave: Juventude. Políticas Públicas. Agenda Pública. Projovem.

* Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará; professora adjunta da Universidade Estadual do Ceará/UECE e do Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade da UECE; coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Conflitualidade e Violência/COVIO da UECE; pesquisadora do Laboratório de Direitos Humanos, Cidadania e Ética/LABVIDA da UECE; pesquisadora do Laboratório de Estudos da Violência/UFC.

** Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará; pesquisadora do Laboratório de Estudos da Violência /UFC; bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico/ FUNCAP.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUD: DILEMAS ENTRE AVANCES Y DISCONTINUIDADES

Resumen

100 *El artículo se propone analizar el proceso de inserción de las demandas juveniles en la agenda pública brasileña a lo largo de tres períodos, a saber: antes del gobierno Luiz Inácio Lula da Silva, durante el referido gobierno y al inicio del gobierno Dilma Rousseff. Él intenta comprender como las cuestiones específicas de los jóvenes son consideradas en la elaboración, ejecución y evaluación de las políticas públicas en Brasil, apuntando avances y límites en la incorporación del segmento juvenil en las acciones gubernamentales. Entre los cuestionamientos está la posibilidad de evaluar los resultados de las iniciales políticas promovidas por el gobierno Lula. ¿Tales acciones, de hecho, han possibilitado la inserción y la consolidación de la temática juvenil como un objeto de preocupación del Estado brasileño? ¿Qué relación es posible identificar en el gobierno Dilma Rousseff con la herencia dejada por el gobierno anterior en lo que se refiere a la cuestión juvenil?*

Palabras clave: Juventud. Políticas públicas. Agenda pública. Projoveni.

YOUTH AND PUBLIC POLICIES: ADVANCES AND DISCONTINUITIES DILEMMAS

Abstract

The article aims at analyzing the integration process of youth demands on the public agenda over three historical periods, namely: before Luiz Inácio Lula da Silva's government, during the aforesaid government and on the beginning of Dilma Rousseff's government. It seeks to understand whether and how specific issues concerning young people are considered in the preparation, implementation and evaluation of public policies in Brazil, pointing out the advances and limits of the incorporation of the youth segment in government actions. Is there a possibility of evaluating the

results of the initiatives promoted by Lula's government? Did such actions actually allow the integration and consolidation of youth as a subject of concern to the Brazilian government? What is the relationship between Dilma Rousseff's government with the legacy of the previous government concerning this issue?

Keywords: Youth. Public Policies. Public Agenda. Projovem.

1. INTRODUÇÃO

O artigo se propõe analisar o processo de inserção das demandas juvenis na agenda pública ao longo de três períodos históricos brasileiros, a saber: antes do governo Luiz Inácio Lula da Silva, durante o referido governo e no início do governo Dilma Rousseff. Busca compreender como as questões específicas dos jovens são consideradas na elaboração, execução e avaliação das políticas públicas no Brasil, apontando avanços e limites na incorporação do segmento juvenil nas ações governamentais. Verifica-se que havia programas durante as gestões de Fernando Henrique Cardoso cujo público-alvo era composto por jovens; contudo, não havia a proposta de estruturação de uma Política Nacional de Juventude.

101

Esse quadro mudou na gestão do presidente Lula, que criou uma estrutura institucional, a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), própria para executar um programa específico para a juventude, o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (Projovem), no sentido de tratar da construção de uma política transversal em parceria com diversos órgãos da administração pública federal. Ademais, buscou promover o diálogo com os movimentos e organizações juvenis por meio da criação do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e de fóruns como a I Conferência Nacional de Juventude (Brasil, 2008a). Entre os questionamentos que esse artigo se propõe está a possibilidade de avaliar os resultados das iniciativas promovidas por esse governo. Tais ações, de fato, possibilitaram a inserção e consolidação da temática juvenil como

objeto de preocupação do Estado brasileiro?

Com o início de um novo governo, o de Dilma Rousseff, algumas posições importantes já foram tomadas no que se refere à continuidade ou descontinuidade da trajetória construída por Lula no desenho da Política Nacional de Juventude. Dentre elas, as principais são: **1.** a nomeação de uma jovem para o cargo de Secretária Nacional de Juventude; **2.** a indicação da extinção do Programa Projovem Integrado, composto atualmente pelo Projovem Adolescente, Projovem Campo, Projovem Trabalhador e Projovem Urbano; **3.** manutenção da convocatória da II Conferência Nacional de Juventude. Diante desses posicionamentos, é possível inferir sobre o tipo de relação do novo governo, no que concerne à questão juvenil, com a herança deixada pelo governo anterior, do qual se diz continuidade? Mesmo em fase inicial, esse novo governo aponta para a inserção das demandas juvenis na agenda pública, seguindo os passos do governo anterior ou já sofre mudanças que indicam descontinuidades na política?

102

2. A JUVENTUDE NO CENÁRIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS ANTES DO GOVERNO LULA

O debate sobre como o Estado considera (ou não) a juventude na formulação e execução das políticas públicas não é recente; contudo, passou a estar presente de forma mais contundente no cenário público nos anos 2000. Entre as razões apontadas por vários especialistas para essa visibilidade está o bônus demográfico que essa geração representa. De acordo com o Censo 2000 do IBGE/Brasil, havia 34 milhões de jovens no Brasil, considerando a faixa de 15 a 24 anos¹ .

1. De 15 a 24 anos é a faixa etária utilizada por diversas instituições como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), dentre outras. No entanto, o governo brasileiro adotou como referência para a execução de políticas públicas, em 2005, a faixa etária de 15 a 29

Associado ao crescimento populacional, o contexto vivenciado pela juventude brasileira marcado por desigualdades e privação de direitos vinha preocupando não apenas estudiosos, mas também grupos da sociedade civil organizada que procuraram contribuir por meio do engajamento em favor de políticas públicas específicas para a juventude.

Nesse sentido, pode-se destacar a iniciativa protagonizada pelo Instituto Cidadania na realização do Projeto Juventude do qual a pesquisa "*Perfil da Juventude Brasileira*" foi integrante e se constituiu como um marco nas pesquisas sobre juventude no Brasil. A questão juvenil ganhou visibilidade no âmbito do executivo federal e também estadual e municipal, além de em diferentes instâncias do legislativo e de grupos sociais que surgiram em Organizações não-governamentais e outros movimentos sociais. Tratou-se de um movimento que partiu da premissa de

(...) que ainda predomina em nosso país (...) uma rotina de desconhecimento, desinteresse e descaso das autoridades frente à dimensão dos problemas que envolvem esse contingente populacional – um quinto da Nação –, que vale como elo entre o Brasil que temos, e aquele que devemos construir (Instituto Cidadania, 2004, p.8).

103

Para se ter uma ideia sobre a situação dos jovens, entre os dados levantados por essa pesquisa, observa-se que a distribuição entre os sexos era equitativa, pois 50% dos jovens eram homens e 50% mulheres. No momento da inferência, até 42% do total de jovens cursavam ou haviam

anos, em consonância com o debate sobre o prolongamento da condição juvenil. Autores como Abad (2003) discutem como a juventude vem se prolongando na contemporaneidade, pois a infância quase desapareceu, encurralada por uma adolescência precoce, e a juventude vem se alongando em razão de um mercado de trabalho cada vez mais concorrido e exigente quanto à qualificação profissional, que gera o desemprego e retarda, assim, a possibilidade de autonomia e inserção no mundo considerado adulto. Contudo, é importante frisar que a classificação etária serve apenas como um parâmetro social para o reconhecimento político da fase juvenil, servindo como uma referência imprescindível e genérica para a elaboração das políticas públicas.

cursado até o Ensino Fundamental, 52% até o Ensino Médio e 6% até o Ensino Superior ou mais.

Sobre a condição dos jovens no mundo do trabalho, 36% estavam trabalhando, 40% estavam desempregados e 24% nunca tinham trabalhado ou procurado emprego. A desigualdade de renda aparecia de forma acentuada já que 18% dos jovens viviam em famílias com renda total de até um salário mínimo e outros 24% em famílias com renda entre um e dois salários mínimos. 22% tinham filhos; destes, 40% os tiveram antes dos 18 anos e 60% sem planejamento.

104

Essa situação de vulnerabilidade associada às reivindicações de movimentos sociais sobre a questão juvenil provocou a inserção dos jovens na agenda pública do Estado brasileiro, embora, ainda de forma incipiente. Belluzzo e Victorino (2004) afirmam que a preocupação inicial foi com a infância e teve como foco as crianças consideradas pela sociedade como problemas sociais. No início do século XX, prevalecia uma “abordagem repressiva em detrimento do amparo e reconhecimento dos direitos infanto-juvenis” (2004, p. 10). Sem que houvesse uma mudança concreta na abordagem, os segmentos juvenis passaram a ser incorporados na discussão na década de 1940, “como resultado das exigências do mercado quanto à formação e qualificação da força de trabalho” (Belluzzo & Victorino, 2004, p. 11).

Nas décadas seguintes, houve alguns avanços no sentido de não considerar esses segmentos como objetos de direito penal, mas como sujeitos de direitos. Contudo, essa mudança somente ocorreu após a redemocratização brasileira, a partir da Constituição de 1988, e, sobretudo, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA(Brasil,1990) que garantiu os direitos básicos de cidadania e o reconhecimento das especificidades do ciclo vital.

No entanto, é importante destacar que noções divergentes sobre a condição juvenil continuam convivendo e disputando a cena pública através de discursos e práticas. Apesar do progresso percebido no campo da infância e adolescência, Rua (1997) identificou que os jovens, durante a década de 1990, estavam sendo atendidos por políticas universais, sobretudo nos campos da educação, saúde e trabalho, que não incorporavam no seu escopo a preocupação com as especificidades do segmento juvenil.

No final dos anos 1990 e início dos anos 2000, segundo Sposito e Carrano (2003), esse quadro se altera com o surgimento de algumas iniciativas públicas direcionadas para a juventude. Tendo essas ações orientações e pressupostos diversos, os autores nos alertam que “as práticas exprimem uma imagem do ciclo de vida e seus sujeitos” (Lagree citado por Sposito & Carrano, 2003, p. 18). Há, portanto, uma disputa em torno de concepções, e “as representações ora investem nos atributos positivos dos segmentos juvenis, responsáveis pela mudança social, ora acentuam a dimensão negativa dos problemas sociais” (Sposito & Carrano, 2003, p.19).

105

Em análise realizada sobre a atuação do Estado brasileiro no atendimento das demandas do segmento juvenil durante as gestões de Fernando Henrique Cardoso (FHC) - (1995-2002), contabilizou-se a execução de 33 programas e ações; no entanto, elas “não constituíam uma totalidade orgânica naquilo que se refere à sua focalização no segmento juvenil” (Sposito & Carrano, 2003, p. 23) e não havia consenso no governo federal sobre a necessidade de execução de políticas públicas de juventude. Ademais, os autores identificaram baixa capacidade de coordenação da administração federal e que nenhum órgão concentrava as informações acerca das políticas de juventude nesse período. O foco das ações estava voltado, sobretudo, para o controle e prevenção dos problemas que atingiam a juventude, sendo os próprios jovens, por vezes, considerados como problemas.

Assim, para Sposito & Carrano (2003), ao final das gestões FHC, era preciso “avançar para além das doutrinas de segurança pública e assistência social no trato com as políticas públicas federais orientadas para os jovens” (p. 37). Ademais, o principal desafio era “inscrever as políticas de juventude na pauta ampliada de direitos públicos de caráter universalista” (p. 37). Assim, viu-se a questão juvenil amadurecer nas ações governamentais e não-governamentais de diferentes modos. No início do governo Lula, em 2003, já havia problemas suficientes para que o poder público percebesse a juventude como um segmento a ser considerado pelas políticas públicas.

3. AVANÇOS E LIMITES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE DURANTE O GOVERNO LULA

106

O cenário vislumbrado a partir da vitória de Luís Inácio da Silva, Lula, em 2002, era pautado pela expectativa de mudança na tematização e incorporação dos segmentos juvenis, além das diversas bandeiras levantadas pelo conjunto dos movimentos sociais brasileiros (Sposito, 2003; Sposito & Carrano, 2003). Nesse sentido, houve forte pressão por parte dos setores juvenis organizados, com papel proeminente das juventudes partidárias que compõem a base aliada do governo.

Como resposta às reivindicações colocadas, o Governo Federal constituiu, em 2004, o Grupo Interministerial da Juventude, composto por dezenove Ministérios, Secretarias e Órgãos Técnicos especializados, com o objetivo de indicar parâmetros para uma política nacional de juventude e mapear ações governamentais dirigidas, especialmente, aos jovens de menor escolaridade e desempregados. Como resultado desse trabalho, o Governo Federal lançou por meio da Medida Provisória N°. 238, de 01/02/2005 [transformada na Lei 11.129, de 30/06/2005, que criou a Secretaria Nacional da Juventude/SNJ], o Conselho Nacional da Juventude (Conjuve) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária (Projovem) (Brasil, 2008b, p. 1-2).

Essas três iniciativas foram consideradas pelo Governo Federal como constituintes da Política Nacional da Juventude. A constituição da Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República, teve por objetivo contribuir para a consolidação das políticas públicas de juventude em nível nacional. Suas funções do ponto de vista oficial foram:

(a) formular, supervisionar, coordenar e articular políticas públicas para a juventude; (b) articular, promover e executar programas de cooperação com organismos nacionais e internacionais, públicos e privados, voltados para a implementação de políticas para a juventude (Salgado, 2008, p. 21-22).

Já o Conjuve constituiu-se como órgão colegiado integrante da estrutura básica da Secretaria-Geral da Presidência da República, composto por representantes de órgãos governamentais, organizações juvenis, organizações não-governamentais e personalidades reconhecidas pelo seu trabalho com jovens. E tem por finalidades:

107

(a) assessorar a Secretaria Nacional de Juventude na formulação de diretrizes de ação governamental; (b) promover estudos e pesquisas acerca da realidade sócio-econômica juvenil; (c) assegurar que a Política Nacional de Juventude do Governo Federal seja conduzida por meio do reconhecimento dos direitos e capacidades dos jovens e da ampliação da participação cidadã (Salgado, 2008, p. 22).

Destaca-se, neste artigo, o PROJOVEM², programa de referência para o então governo Lula, que promoveu importante política de inclusão em várias capitais brasileiras, sendo executado por meio da parceria entre

2. A versão original do Projovem foi considerada o 'carro-chefe' da política nacional de juventude por ter sido o principal programa lançado, com maior envergadura e capacidade de atendimento. Hoje, está presente em todas as capitais do Brasil e, mesmo após a reformulação do Projovem como programa integrado, continua sendo o único programa executado diretamente pela Secretaria Nacional de Juventude.

o governo federal e os governos municipais, mas não sem conflitos de interesses e de práticas políticas.

3.1 - PROJOVEM: um programa emergencial

O Projovem, em sua versão original, caracterizava-se como um programa emergencial e experimental, destinado a executar ações educacionais articuladas que propiciassem aos jovens brasileiros tanto a elevação de seu nível de escolaridade, objetivando a conclusão do ensino fundamental, quanto sua qualificação profissional, com vistas a estimular sua inserção produtiva e cidadã, e, ainda, o desenvolvimento de ações comunitárias de exercício da cidadania, com práticas de solidariedade e de intervenção na realidade local (Ceará, 2006, p.1). Na primeira etapa, destinava-se às capitais e Distrito Federal, sendo, posteriormente, ampliado para as cidades das regiões metropolitanas com mais de duzentos mil habitantes.

108

O período de duração do Programa era de 12 meses e aos jovens devidamente matriculados que tivessem participação efetiva no Programa era concedido um auxílio financeiro mensal no valor de R\$ 100,00. O público participante era formado por jovens que haviam concluído a quarta série do ensino fundamental, mas não concluíram a oitava série e não possuíam vínculos formais de trabalho.

Segundo o Relatório Final de Avaliação do Projovem (2005-2008), os jovens participantes tinham uma trajetória escolar marcada pela descontinuidade. Segundo o perfil retratado no referido relatório, apenas 9,9% dos jovens que frequentaram o Projovem não haviam abandonado a escola formal durante o ano letivo e 18,7% nunca haviam sido reprovados. Ou seja, do total de alunos do Programa, 90,1% haviam abandonado a escola durante o período letivo pelo menos uma vez e outros 81,3% haviam sido reprovados também pelo menos uma vez.

Sobre a situação educacional dos pais, dado que pode contribuir na compreensão da trajetória escolar desses jovens, 19,9% das suas mães e 17,3% dos pais eram analfabetos. 12,3% dos jovens não souberam informar se o pai sabia ler e escrever. Em relação ao grau de escolaridade, observou-se que entre 13% e 14% responderam que o pai e/ou a mãe nunca haviam estudado. Contudo, a maioria dos pais e mães chegou a cursar o Ensino Fundamental, ainda que não o tivesse completado (Brasil, 2010, p. 23).

Com relação ao mundo do trabalho, 20,7% nunca tiveram trabalho remunerado e outros 9% iniciaram sua atividade laboral depois dos 18 anos de idade. Porém, 4,9% começaram a trabalhar antes dos 10 anos de idade e outros 31,55% entraram no mundo do trabalho entre os 10 e 15 anos de idade. 56,3% estavam desempregados havia pelo menos seis meses e 20% não tinham trabalho remunerado há quatro anos ou mais. Outra evidência das situações de vulnerabilidade que enfrentavam era a baixa remuneração: 55% dos jovens recebiam até meio salário mínimo e outros 33,9% recebiam entre meio e um salário mínimo.

109

Sobre o vínculo empregatício, 58,2% eram empregados sem carteira assinada e apenas 10% tinham tido acesso aos direitos trabalhistas através da carteira assinada. O perfil das atividades exercidas correspondia ao padrão ocupacional onde se articulavam a baixa remuneração, a inexistência de vínculo empregatício, serviços pouco qualificados ou sem nenhuma qualificação e o tempo reduzido de permanência no trabalho (Brasil, 2010, p. 29). Sobre os motivos para a desistência e evasão, o relatório aponta:

Em relação ao subgrupo '*desistentes*', a causa mais citada como motivo para a desistência corresponde aos motivos de trabalho, com 35,5% do percentual válido (...) Quanto ao subgrupo '*evadidos*', a causa mais citada para a frequência ao Programa diz respeito aos motivos de trabalho com 25% do percentual válido. Em seguida,

aparece a licença maternidade com 21,4% (Brasil, 2010, p. 49).

Contudo, a avaliação da Coordenação Nacional do Programa considerou como bem-sucedida a execução do referido Programa e, a partir do Relatório Parcial de Avaliação do ano de 2007, propôs alterações em sua estrutura e público prioritário. Entre as alterações propostas estava a ampliação da faixa etária, uma vez que, segundo dados do Censo IBGE 2000 e PNAD 2003³, os índices de exclusão escolar entre os jovens de 18 a 24 anos vinham decrescendo, enquanto que para os jovens entre 25 e 29 anos os índices ainda eram crescentes.

110 Em 2008, o governo federal optou por criar um programa unificado de juventude que visava ampliar o atendimento aos jovens excluídos da escola e da formação profissional. Assim surgiu o novo Projovem, a partir da integração de seis programas governamentais já existentes: Agente Jovem, Saberes da Terra, Projovem, Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica. O público prioritário era a juventude considerada em situação de vulnerabilidade social.

A faixa etária, que antes era de 15 a 24 anos, foi ampliada para os jovens de 15 a 29 anos. O principal objetivo foi reintegrar esses jovens ao processo educacional, promover sua qualificação profissional e assegurar o acesso a ações de cidadania, esporte, cultura e lazer, sendo subdividido em quatro modalidades: **Projovem Urbano, Projovem Adolescente, Projovem Campo e Projovem Trabalhador**. A previsão de investimento até 2010 era de R\$ 5,4 bilhões. Outro diferencial foi a inclusão dos governos estaduais como partícipes na execução.

3. O Censo foi realizado em 2000, e a Pesquisa Nacional por Amostra Domiciliar (PNAD) usada como referência no texto é do ano de 2003, ambos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O Projovem original, criado em 2005, transformou-se no **Projovem Urbano**, estendendo sua faixa etária de atendimento até os 29 anos e não exigindo escolaridade mínima, mas somente que o jovem fosse alfabetizado. Os princípios norteadores do novo Projovem seguiram as orientações definidas pelo Conselho Nacional de Educação constantes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Nº. 9.394 (Brasil, 1996) e em seus decretos complementares, que definem, no seu artigo 1º, § 2º, que a educação escolar deve vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social (Brasil, 2008b).

Com relação ao currículo, a carga horária do curso é de 2.000 horas [1.560 horas presenciais e 440 horas não presenciais], a serem cumpridas ao longo de 18 meses letivos ou 78 semanas. Esse percurso é organizado em seis unidades formativas, com duração de três meses cada uma para que os diferentes componentes curriculares se integrem em eixos estruturantes que estabelecem, entre si, a progressão das aprendizagens (Salgado, 2008, p. 22).

111

O Programa é implementado em núcleos locais que funcionam diariamente nas escolas públicas da rede municipal, no horário noturno. Em nível de organização do Programa, os núcleos do Projovem estão vinculados a um Polo, sediado, preferencialmente, em local de fácil acesso, que ofereça espaço para a gestão administrativa e pedagógica. Funciona como espaço de referência para os profissionais e jovens na busca de informação e orientação. Os polos estão ligados à Coordenação Municipal do Programa.

A proposta pedagógica do Projovem Urbano busca integrar as três dimensões do Programa, a saber, educação básica, qualificação profissional e participação cidadã, com conhecimentos e temáticas que sejam relevantes para os jovens. Nesse sentido, utilizam unidades formativas que variam trimestralmente: o primeiro é "*Juventude e Cultura*", no segundo trimestre é "*Juventude e Cidade*", no terceiro é "*Juventude e Trabalho*", no quarto

é “*Juventude e Comunicação*”, o quinto trata da temática “*Juventude e Tecnologia*” e, por último, “*Juventude e Cidadania*”.

Em relação aos demais programas componentes do Programa Projovem Integrado, este artigo apresenta apenas os objetivos oficializados por cada um, sem maior descrição de suas práticas. O **Projovem Adolescente** tem como objetivo complementar a proteção social básica à família, buscando oferecer mecanismos para garantir a convivência familiar e comunitária e criar condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional. Consiste na reestruturação do programa Agente Jovem de Desenvolvimento Social, da Secretaria Nacional de Assistência Social do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e destina-se a jovens de 15 a 17 anos.

112

Já o **Projovem Campo** pretende fortalecer e ampliar o acesso e a permanência dos jovens agricultores familiares no sistema educacional, promover elevação da escolaridade [com a conclusão do ensino fundamental], qualificação e formação profissional, como via para o desenvolvimento humano e o exercício da cidadania. Valendo-se do regime de alternância dos ciclos agrícolas, reorganiza o programa Saberes da Terra do Ministério da Educação. O **Projovem Trabalhador** unificou os programas Consórcio Social da Juventude, Juventude Cidadã e Escola de Fábrica, visando à preparação dos jovens para o mercado de trabalho e ocupações alternativas geradoras de renda. Destina-se a jovens de 18 a 29 anos em situação de desemprego que sejam membros de famílias com renda mensal *per capita* de meio salário mínimo, e é coordenado pelo Ministério de Trabalho e Emprego (CONJUVE,2011).

3.2 - O início de uma avaliação: a contribuição do CONJUVE

Como se pode observar, existem vários projetos em andamento que dão substância aos programas governamentais em relação à juventude.

Porém, é consenso entre estudiosos que faltam avaliações sobre esses projetos e uma reflexão bem mais profunda sobre o que vem dando certo e o que conta com eficácia relativa (Castro, Abramovay & De Leon, 2007, p. 13). Essa posição é compartilhada pelo CONJUVE (2010) em seu documento "*Recomendações do Conselho Nacional de Juventude ao Governo Federal*", lançado em 2010, que teve por objetivo contribuir com a transição para a nova gestão do governo federal em 2011 no processo de reformulação das políticas executadas até então e com base nas orientações formuladas nos espaços participativos.

Uma avaliação promovida pelo CONJUVE apontou que o objetivo de integrar os programas mediante o **Projovem Integrado** com vistas a "evitar a fragmentação, a desarticulação e a falta de escala das ações para jovens no âmbito do governo federal" (2010, p. 11) não foi atingido. A tentativa de exceção é "o Projovem Urbano [que] busca ser integrado desde sua concepção, mas os demais permanecem na lógica da política setorial" (CONJUVE, 2010, p. 12).

113

Identificou-se que os programas têm sido executados de forma isolada por cada ministério, ou seja, sem que haja a articulação e a integração necessárias. Ainda persiste a dificuldade para analisar esses programas devido à escassez ou, por vezes, ausência de informações sistemáticas, impedindo que haja uma avaliação dos seus processos, resultados e impactos na vida dos jovens participantes. Persistem diferentes visões norteando a execução desses programas, algumas inclusive divergentes da defendida pelo CONJUVE e pactuada com o Governo Federal (CONJUVE, 2006), além de situações em que há a incorporação discursiva, mas não a incidência nas práticas. Ademais, também persiste a "confusão" entre políticas para adolescentes e políticas de juventude.

Outra questão apontada é a opção por parte do governo de considerar apenas alguns programas e ações como sendo políticas de juventude.

Em decorrência, as políticas universais ainda não demonstram em sua formulação e execução a preocupação com esse segmento etário. Segundo o CONJUVE, “a construção de uma política nacional de juventude exige ir muito além da agregação de programas” (CONJUVE, 2010, p. 5). Propõe a articulação de “políticas universais que levem em conta as demandas e singularidades juvenis [como a educação pública e a saúde], políticas emergenciais [apresentando novas chances aos jovens em situação de maior vulnerabilidade social] e políticas específicas” (CONJUVE, 2008, citado em CONJUVE, 2010, p. 5).

114

Ademais, em virtude do forte investimento do Governo Federal na execução do Projovem Urbano, reforçou-se a identificação por parte de alguns segmentos e setores sociais de que a política de juventude restringe-se às políticas emergenciais focalizadas em segmentos vulnerabilizados. Ou seja, muitos setores acreditam que a Política Nacional de Juventude é o Projovem. Outro dado a ser considerado na análise das políticas públicas de juventude do governo federal está no não cumprimento das metas de atendimento do Programa Projovem Integrado divulgadas por ocasião de seu lançamento em 2008. Estimava-se que, entre os anos de 2008 e 2010, os quatro programas juntos beneficiariam 4.262.623 de jovens brasileiros⁴. No entanto, segundo o documento *Projovem Urbano em Revista* (2010) considerando esse mesmo período, os programas tinham atendido somente 56,6% dessa meta, ou seja, 2.411.400 de jovens.

No âmbito da participação social, o principal acontecimento foi a realização da I Conferência Nacional de Juventude, realizada entre 2007 e 2008, que contou com a participação de 400 mil jovens em todas as etapas e 2000 delegados na etapa nacional em Brasília. Além disso, houve diversos encontros nacionais com os conselhos municipais e estaduais de juventude

4. Disponível em: <http://www.projovem.gov.br/html/noticias/noticia218.html>. Acesso em: 17/06/2011.

organizados pela SNJ e CONJUBE.

No que tange aos avanços na institucionalização das políticas públicas, o termo juventude foi incluído na Constituição através da Emenda nº 65⁵. No entanto, os principais marcos legais que poderiam contribuir para a inclusão da juventude na agenda pública brasileira estiveram tramitando durante todo o governo Lula: o Plano Nacional de Juventude e o Estatuto da Juventude. Em virtude desse contexto, especialistas como Abramo (2010) e Carrano (2010) afirmaram que, ao final do governo Lula, em dezembro de 2010, não havia uma Política Nacional de Juventude.

4. SURGE UM NOVO GOVERNO: PRIMEIRAS SINALIZAÇÕES DO GOVERNO DILMA ROUSSEFF SOBRE A JUVENTUDE NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Em 2011, o primeiro dado significativo foi a nomeação de uma jovem militante para o cargo de Secretária Nacional de Juventude. Na ocasião, o Ministro da Secretaria Geral da Presidência da República afirmou que “a escolha por uma secretária jovem representou uma aposta na juventude que, segundo ele, é responsável por coordenar um trabalho sério, urgente e necessário”⁶. Afirmou, ainda, que “a juventude não pode esperar. Há tarefas importantes que a juventude pode cumprir e esse trabalho é fundamental para o país. Os jovens devem ser plenos de seus direitos e deveres como construtores de uma sociedade justa e fraterna”⁷.

115

5. “Promulgada em 13 de julho de 2010, incluiu o termo ‘jovem’ na Constituição Federal, assegurando aos jovens de 15 a 29 anos prioridade no acesso a direitos constitucionais como saúde, alimentação, educação, lazer, profissionalização e cultura, que já são garantidos às crianças, adolescentes e idosos” (Brasil, 2011, p.5).

6. Comunicação pessoal realizada na cerimônia de posse da Secretária Nacional de Juventude. Ver: <http://www.juventude.gov.br/2011/04/14/nova-secretaria-nacional-de-juventude-toma-posse-e-destaca-pontos-de-atuacao-para-os-proximos-quatros-anos/>

7. Idem.

Apesar da afirmação da importância do segmento juvenil, o Governo Federal, por meio da nova Secretária Nacional de Juventude, anunciou em reunião do CONJUVE⁸, a extinção do Programa Projovem Integrado. A proposição do governo foi extinguir a modalidade Projovem Campo e, no seu lugar, elaborar novas metodologias e ações para atender o jovem do campo no âmbito do Ministério da Educação (MEC). A ideia é realizar um deslocamento do Projovem Urbano, até então executado pela Secretaria Nacional de Juventude, para o MEC. Foi manifestada a intenção por parte do governo de incorporar o Projovem Adolescente ao Projovem Urbano e integrar os jovens atendidos pelo Projovem Trabalhador ao PRONATEC⁹.

116 Além disso, a proposta promove um novo direcionamento na Secretaria Nacional de Juventude (SNJ). Sua prioridade passa a ser trabalhar a articulação entre as políticas de juventude executadas nos diversos ministérios e promover o diálogo com as juventudes brasileiras. Ou seja, retira-se sua antiga atribuição de execução de programas direcionados diretamente aos jovens. Com isso, perde uma parte substancial do seu orçamento anual, além do espaço de diálogo direto com ministérios e administrações estaduais e municipais. Em documento lançado antes desse anúncio, o CONJUVE (2011) dá fortes indícios sobre sua posição nessa questão ao afirmar que:

(...) é preciso destacar a importância do papel da Secretaria Nacional de Juventude enquanto articuladora da Política Nacional de Juventude, sensibilizando os demais órgãos para as pautas

8. Reunião ordinária realizada no dia 06/06/2011 em Brasília.

9. O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (PRONATEC) foi lançado no dia 28/04/2011 para ser executado pelo Ministério da Educação. Pretende oferecer 08 milhões de vagas até 2014 para formação de jovens do ensino médio e trabalhadores que precisam de qualificação através da expansão da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (EPCT), ampliação das vagas no sistema S, na implementação de cursos a distância (E-Tec) e criação da modalidade de Ensino Técnico no Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES).

juvenis e promovendo a compreensão das questões que envolvem a condição, a vivência e a promoção da cidadania ativa da juventude, consideradas desigualdades diversidades que caracterizam este segmento. Por outro lado, também não se deve perder de vista a dimensão fundamental da Secretaria Nacional de Juventude como executora de políticas específicas de juventude. O Projovem foi um grande exemplo de programa proposto e coordenado pela SNJ, com gestão compartilhada por vários Ministérios, revelando um grande diferencial nesta construção (CONJUVE, 2011, p.107)

Ou seja, o CONJUVE afirma o papel de articulação e coordenação da Secretaria Nacional de Juventude e destaca a execução do Projovem Urbano pela SNJ como bom exemplo da possibilidade de execução de um programa de forma integrada com outros ministérios. Nesse mesmo sentido, pode-se indagar em que medida a SNJ deve ou não ser um órgão executor de políticas específicas para a juventude. Ou melhor, há contradição entre o seu papel de articuladora e promotora da transversalidade da temática juventude no conjunto dos ministérios do governo e a tarefa de executar ações que, conceitualmente, não são de atribuição de nenhum outro órgão da administração federal?

117

Percebem-se, assim, conflitos dentro do governo em relação aos rumos das políticas voltadas para a juventude, constituindo a trama da continuidade e descontinuidade e, muito mais, das incertezas vindouras no que concerne às políticas públicas de juventude. Na contramão da posição defendida pelo CONJUVE, Carrano (2010) problematiza que a SNJ precisa fazer a opção entre coordenar e executar. Para o autor, o principal desafio é olhar o sujeito jovem em sua integralidade e, para isso, é necessária a atuação dos diversos ministérios em torno de um plano nacional comum, mas que, ao mesmo tempo, respeite as especificidades e autonomias locais.

Não há caminho senão fortalecer uma sinergia nacional em torno de um órgão coordenador, que não abra mão da responsabilidade coordenadora. Para isso, vai ter que tomar uma decisão, eu quero executar para resolver

problemas ou vou resolver problemas coordenando. Esse parece ser o grande impasse da Secretaria Nacional de Juventude: seguir na lógica que redundou no Projovem que é criar uma rede municipal a partir de Brasília, assumindo a responsabilidade para atuar num estoque de jovens precarizados, jovens que já não estavam encontrando espaço nesse campo formal; isso é generoso, mas ao mesmo tempo criou um peso para si, em torno de uma estrutura precarizada e ainda periférica no âmbito do governo federal.

Em que medida a nova estrutura institucional proposta para a SNJ no âmbito do governo federal tem “força” para pautar a atuação e a utilização de recursos de políticas sociais históricas executadas por ministérios consolidados na administração? Nesse sentido, Castro (2010) afirma que as políticas transversais, como é o caso das políticas de juventude,

118 (...) somente com um grau alto de institucionalidade eles ganham status e possibilidade de resultados. Não basta a legalidade. É necessário que haja aparato administrativo e burocrático para transformar ideias e direitos em realidade. (...) A existência da institucionalidade contribui para que a luta do setor entre na agenda e isso incomoda as políticas históricas. Há disputa por status e orçamento.

Sobre a opção de deslocar a execução do Projovem Urbano para o Ministério da Educação e extinguir os demais programas, cabe problematizar que os jovens são efetivamente o público prioritário das políticas educacionais; contudo, seria um retrocesso considerar que essa é a única política da qual necessitam os jovens. No Brasil, a juventude vive de forma desigual devido a fatores socioeconômicos como origem social, má distribuição de renda, preconceito de gênero, sexo e de raça e classificações de diversas ordens. Portanto, fatores estruturais, históricos e conjunturais influenciam as vulnerabilidades ou potencialidades da juventude.

Sabemos que a concepção moderna de juventude tornou a escolaridade

uma etapa importante para a passagem da maturidade. Idealmente a postergação da entrada dos jovens no mundo do trabalho garantiria melhor essa transição. Contudo, muitos jovens de famílias pobres deixam a escola para trabalhar no mercado informal prematura e precariamente em busca de emancipação financeira, acesso a bens de consumo e de lazer, ou até mesmo para garantir o sustento da família. Os jovens são plurais e sabem que ter certificado escolar é importante, mas que isso não lhes garante a inserção no mercado de trabalho e no mundo social e cultural que os cerca.

Como bem afirma Carrano (2010), os ministérios persistem numa visão setorializada dos indivíduos, sem reconhecer os sujeitos em sua integralidade. Isso ocasiona duplicidade de ações, ou seja, os mesmos jovens sendo atendidos por diversas ações e sem avaliação de resultado. Restringir as políticas de juventude à educação e qualificação para o trabalho é fechar os olhos para o cenário atual no qual a maioria dos jovens está fora da escola e não pretende voltar. Ou mesmo, que somente a escola não dá conta dos diversos âmbitos da vivência da condição juvenil.

119

Em relação à institucionalidade da política de juventude, houve a opção no governo Lula em não construir um sistema de políticas públicas de juventude a exemplo do que existe para outros segmentos, como para a infância e adolescência. No âmbito do governo Dilma Rousseff, começam a surgir novos posicionamentos e encaminhamentos que mudam o cenário anterior, algo ainda em construção. Contudo, já é possível visualizar e destacar que o CONJUVE defende a criação e consolidação do Sistema Nacional de Juventude com os três entes federados [União, Estados e Municípios] articulados, inclusive, com outras instâncias como o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), com mecanismos diversos de controle e participação social da juventude nesse sistema (CONJUVE, 2011, p. 105). Reforçando essa posição, Abrahão (2010) aponta que

Uma política só é concreta na hora que ela vira um sistema, se não é sistema, ela é frágil. É importante para uma política transversal como a de juventude buscar a constituição de um sistema para se fortalecer e ao mesmo tempo impactar os outros sistemas buscando que os seus conceitos sejam levados em consideração.

A reivindicação da criação do sistema nacional de políticas de juventude foi aprovada como resolução da I Conferência Nacional de Juventude (Brasil, 2008a) e se mantém como proposta no documento-base da II Conferência Nacional de Juventude (Brasil, 2011). Assim, num quadro onde as principais resoluções e definições da I Conferência Nacional de Juventude não foram atendidas e onde o governo sinaliza com a possibilidade de extinção de diversos programas direcionados à juventude, sem apontar quais ações irão substituí-los, é necessário compreender os sentidos e significados do processo de organização da II Conferência Nacional de Juventude¹⁰ .

120

Desta forma,

(...) em certo sentido, parece que são as demandas por participação as que mais têm encontrado respostas específicas [ou mais aceleradamente] por parte dos poderes públicos. A criação de órgãos institucionais no governo federal, assim como nos planos municipais e estaduais, que incluem tanto a incorporação de atores juvenis entre seus gestores quanto a criação de canais de participação e a convocação de fóruns e conferências de debate e proposição de políticas, indica a criação de respostas concretas a essa demanda por participação nos aparatos públicos. É preciso, contudo, perguntar sobre o alcance e o sentido dessa participação. De modo geral, embora seja ainda cedo para fazer avaliações conclusivas, pois o processo todo é muito recente [tem pouco mais de dois anos no plano federal], pode-se dizer que há uma tendência a incorporar mais a participação "colaborativa" no plano da execução das políticas governamentais que a participação na definição das demandas que devem ser respondidas (IBASE, PÓLIS, 2008, p. 86).

10. A II Conferência Nacional de Juventude será composta por etapas municipais, regionais, estaduais, livres e a etapa nacional, que será realizada em dezembro de 2011 em Brasília.

O questionamento dos autores faz pensar em que medida a participação é incorporada pelos governos apenas no plano dos discursos e quais são as reais possibilidades dessa participação contribuir nas decisões sobre as políticas públicas no país. As primeiras sinalizações vêm no sentido contrário, pois em nenhuma resolução do CONJUVE, da I Conferência Nacional ou nos encontros de conselhos estaduais e municipais de juventude, se aprovou a extinção do Projovem Integrado.

5. ENTRE CONTINUÍSMOS E DESCONTINUIDADES: OS DESAFIOS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE

Percebe-se que, no campo das visões sobre a juventude, o discurso de mudança na orientação e perspectivas das políticas direcionadas ao segmento, construído durante o governo Lula, foi apropriado pelo Governo Dilma. Alguns setores do governo federal se mantêm na defesa da perspectiva do Desenvolvimento Integral e da consideração dos jovens como sujeitos de direitos, formulação esta, fruto da colaboração entre poder público e sociedade civil, mediante a intermediação do CONJUVE. Contudo, podemos afirmar que

121

Vivemos um momento de fragilidade da temática de juventude no âmbito das políticas públicas; o Governo Federal emite sinais que ainda são contraditórios quanto ao fortalecimento do 'lugar político' do tema, ao passo em que não se vêem ações que afirmem a aposta feita inicialmente, qual seja, a de que a temática tem força suficiente para gerar autonomia (intelectual, organizativa e orçamentária) no âmbito do poder público (Odas, 2010, ¶ 8).

Essa fragilidade é evidenciada não apenas pela recente opção do governo de extinguir o Programa Projovem Integrado e deslocar a execução do Programa Projovem Urbano para o MEC, esvaziando a Secretaria Nacional de Juventude. É, sobretudo, pela ausência de declarações e iniciativas que venham a fortalecer a ideia de que a juventude é um segmento estratégico

para o processo de desenvolvimento do país.

Segundo o CONJUVE (2011), o fortalecimento institucional das políticas de juventude passa por dois pilares. O primeiro é a aprovação do Plano Nacional de Juventude, “Projeto de Lei Nº. 4530/04, [que] cria um conjunto de políticas públicas e medidas que beneficiam os jovens brasileiros com idades entre 15 a 29 anos” (Brasil, 2011, p.6) e aponta metas a serem cumpridas pela administração federal em parceria com Estados e Municípios no prazo de 10 anos.

122

O segundo seria a aprovação do Estatuto da Juventude, “Projeto de Lei 4529/2004 [que] regulamenta os direitos das pessoas de 15 a 29 anos definindo obrigações da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público” (Brasil, 2011, p.5). A ideia é que, por meio do Estatuto, os direitos da juventude sejam regulamentados e seja criado um Sistema Nacional de Juventude, com financiamento próprio que permita ao governo federal fomentar políticas de juventude junto aos estados e municípios brasileiros. Contudo, as sinalizações nesse sentido ainda são incipientes.

Em relação à participação, percebe-se que, no início do Governo Dilma, o investimento persiste, mas há pouco o que comemorar do ponto de vista do atendimento das demandas dos diversos setores que compõem a juventude brasileira. Em relação aos Programas que compunham o Programa Projovem Integrado e que serão extintos ou deslocados para outros ministérios, permanece o questionamento que aqui se inicia e que é possível construir-se em outros trabalhos: os segmentos juvenis que participavam desses Programas ficarão sem cobertura do Estado para resolução de seus problemas e atendimento de suas demandas?

Referências

Abad, Miguel (2003). Crítica política das políticas de juventude. In Freitas, Maria Virgínia & Papa, Fernanda (Orgs.). *Políticas Públicas: Juventude em Pauta*. São Paulo: Cortez: Ação Educativa: Fundação Friedrich Ebert.

Abrahão, Jorge (2010, dez.). Mesa redonda: "A construção das políticas de juventude: encontros e desencontros entre os diagnósticos, demandas e intenções" (Palestra). In Seminário *Políticas Públicas: Juventude em Pauta*, promovido por Ação Educativa e Fundação Friedrich Ebert. São Paulo: Ação Educativa e Fundação Friedrich Ebert.

Abramo, Helena (2010, dez.). Mesa redonda: "Políticas Públicas de Juventude: Do que estamos falando?" (Palestra). In Seminário *Políticas Públicas: Juventude em Pauta*, promovido por Ação Educativa e Fundação Friedrich Ebert. São Paulo: Ação Educativa e Fundação Friedrich Ebert.

123

Belluzzo, Lilia & Victorino, Rita de Cássia (2004, out.-dez.). A Juventude nos Caminhos da Ação Pública. *São Paulo em Perspectiva*, 18 (4), 8-14

Brasil. Presidência da República (1990). *Estatuto da criança e do adolescente* (Lei Nº. 8.069, de 13 de julho de 1990). Brasília, DF: Centro Gráfico do Senado Federal.

Brasil. Presidência da República (1996). *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (Lei Nº. 9394 de 20 de dezembro de 1996 - Estabelece diretrizes e bases da educação nacional). Acesso em 09 de agosto de 2010 de portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/lbd.pdf

Brasil (2008a). Secretaria Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude. *Resoluções da I Conferência Nacional da*

Juventude. Acesso em 17 de junho de 2011, de http://www.psbps.org.br/juventude/docs/revista_da_conferencia_nacional.pdf

Brasil. Ministério da Educação (2008b). *Parecer do Conselho Nacional de Educação sobre o Projeto Pedagógico Integrado do Projovem Urbano*. Acesso em 09 de agosto de 2010, de <http://www.projovemurbano.gov.br/site/interna.php?p=material&tipo=Conteudos&cod=49>

Brasil. Secretaria Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude (2010). *Relatório Final de Avaliação do Projovem – 2005 a 2008*. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Juventude.

Brasil. Secretaria Geral da Presidência da República. Secretaria Nacional de Juventude (2011). *Documento-base da II Conferência Nacional de Juventude*. Acesso em 29 de junho de 2011, de <http://www.juventude.gov.br/blog/texto-base-da-2%C2%AA-conferencia-nacional-de-juventude/>

124

Carrano, Paulo (2010, dez.). Mesa redonda: "Políticas Públicas de Juventude: Do que estamos falando?" (Palestra). In Seminário *Políticas Públicas: Juventude em Pauta*, promovido por Ação Educativa e Fundação Friedrich Ebert. São Paulo: Ação Educativa e Fundação Friedrich Ebert.

Castro, Jorge (2010, dez.). Mesa redonda: "A construção das políticas de juventude: encontros e desencontros entre os diagnósticos, demandas e intenções" (Palestra). In Seminário *Políticas Públicas: Juventude em Pauta*, promovido por Ação Educativa e Fundação Friedrich Ebert. São Paulo: Ação Educativa e Fundação Friedrich Ebert.

Castro, Mary Garcia; Abromovay, Miriam & De Leon, Alessandro (2007). *Juventude: tempo presente ou tempo futuro? Dilemas em propostas de políticas públicas*. São Paulo: Grupo de Institutos, Fundações e

Empresas.

Ceará. Prefeitura Municipal de Fortaleza (2006). *Projovem - Programa Nacional de Inclusão de Jovens*. [s.l.: s.n.].

Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE - (2006). *Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas*. São Paulo: Conselho Nacional de Juventude; Fundação Friedrich Ebert.

Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE - (2010). *Recomendações do Conselho Nacional de Juventude ao Governo Federal*. Acesso em 17 de junho de 2011, de http://www.acaoeducativa.org.br/downloads/recomendacoes_ao_governo_federal.pdf

Conselho Nacional de Juventude – CONJUVE - (2011). *Reflexões sobre a Política Nacional de Juventude 2003-2010*. Acesso em 17 de junho de 2011, de <http://www.juventude.ba.gov.br/wpcontent/uploads/2010/01/Reflex%C3%B5es.pdf>.

125

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE -. Instituto de Estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais - PÓLIS - (2008). *Juventude e Integração Sul-Americana: caracterização de situações tipo e organizações juvenis*. Acesso em 09 de agosto de 2010, de <http://www.ibase.br/modules.php?name=Conteudo&file=index&pa=showpage&pid=2211>

Instituto Cidadania (2004). *Documento final do Projeto Juventude*. São Paulo: Instituto Cidadania.

Odas, Carlos (2010). *Por uma nova geração de políticas de juventude no Brasil*. Acesso em 29 de junho de 2011, de <http://www.blogdoullysses.com.br/materiais.asp?codigo=410>

Projovem Urbano em Revista (2010). Acessado em 17 de junho de 2011, de <http://www.projovemurbano.gov.br/pjurevista/balanco.html>.

Rua, Maria das Graças (1997). As Políticas Públicas e a Juventude dos anos 1990. In *Jovens acontecendo nas trilhas das Políticas Públicas* (p. 731-749). Brasília, DF: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento.

Salgado, Maria Umbelina Caiafa (Org.). (2008). *Projeto Pedagógico Integrado do Projovem Urbano*. Acessado em 09 de agosto de 2010, de www.secj.pr.gov.br/.../Projovem%20Urbano/projeto_pedagogico_projovem_PPI.pdf.

126

Sposito, Marília Pontes (2003). *Os jovens no Brasil: desigualdades multiplicadas e novas demandas políticas*. Acessado em 09 de agosto de 2010, de http://bdae.org.br/dspace/bitstream/123456789/2345/1/Jovens_Brasil.pdf

Sposito, Marília Pontes & Carrano, Paulo (2003). Juventude e Políticas Públicas no Brasil. In Davila, Oscar (Ed.) *Políticas de Juventud en América Latina: políticas nacionales*. Viña Del Mar, Chile: CIDPA.